

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO HUMANAS - ICH

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

INSTITUTO DE PEDAGOGIA

DISCIPLINA: Pedagogia II

EDUCAÇÃO BÁSICA
DE
JOVENS E ADULTOS

23

REITOR: Sérgio Luiz Masetto

DECANO: Afonso Celso Mendonça de Paula

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Cleber Catalino Lambertini

COORDENADOR: Janete de Oliveira Elias

COORDENADOR DE DISCIPLINA: Gilda Maria Grunbach Mendonça

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Luiz Otávio Barreto Ferreira Leite

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
1219-1000 - RIO DE JANEIRO, RJ

EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS

Por

ROSA MARIA DE SOUZA SANT'ANA

Monografia apresentada em
cumprimento ao requisito
parcial para conclusão do
Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Rio de Janeiro

UNI-RIO

-1993-

M E N S A G E M

..., não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo.

Paulo Freire

Dedico:

A meus pais, que mesmo ausentes fizeram com que sua força chegasse até mim, nos momentos em que muitas vezes pensei em desistir.

Em especial ao meu marido, que foi o maior amigo, na conquista de mais essa etapa de minha vida.

Aos meus filhos, pelos muitos momentos em que faltei com a minha presença de mãe.

Agradeço

Aos professores por tudo
que me ensinaram.

S U M Á R I O

1	-	INTRODUÇÃO	p.1
2	-	DESENVOLVIMENTO	p.3
		2.1 - PRIMEIRAS INICIATIVAS (1500/1945)	p.3
		2.1.1 - BRASIL-COLÔNIA E BRASIL IMPÉRIO (1550 a 1889)	p.3
		2.1.2 - PRIMEIRA REPÚBLICA (1891-1930)	p.6
		2.2 - PRIMEIRAS INICIATIVAS OFICIAIS DE ÂMBITO NACIONAL (1946-1958)	p.10
		2.3 - NOVAS IDÉIAS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (1958-1964)	p.14
		2.4 - O PERÍODO PÓS-64: UMA NOVA FASE NA EDUCAÇÃO DOS ADULTOS	p.19
		2.5 - A DÉCADA DE 80	p.22
		2.6 - ENSINO SUPLETIVO	p.24
3	-	CONCLUSÃO	p.27
4	-	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.30

1 — INTRODUÇÃO

As estatísticas sobre o analfabetismo em nosso País são de espantar qualquer um. Conforme dados publicados na revista O valor do ensino público (MEC, nº 4, ano 1), no ano de 1980 existiam quase 19 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não sabiam ler nem escrever, ao lado das altíssimas taxas de evasão e repetência escolar. Estatísticas não oficiais apontam para o ano de 1990 a cifra fantástica de 53 milhões de analfabetos jovens e adultos. O ensino público não é oferecido a 75% das crianças, cujos pais não têm instrução e a 66% das crianças cujos pais cursaram apenas os dois primeiros anos do 1º grau.

As causas deste quadro ultrapassam os muros da escola e inscrevem-se no modelo econômico escolhido pelas classe dirigentes.

A pauperização é visível no crescimento das favelas e no enorme contingente de menores abandonados, que compõem um cinturão de pobreza nas ilhas de conforto. Os 33% da renda nacional, em 1983, estavam nas mãos de 5% da população. Os índices mostram que 64,7% da população trabalhadora vive em condições que variam da miséria (até um salário mínimo) a pobreza (até dois salários mínimos), fora os que se encontram em estado de miséria absoluta, sem renda fixa, morando sob marquises e viadutos.

Tal modelo, concentrador de rendas, provocou efeitos perversos no campo da educação, reproduzindo as desigualdades sócio-econômicas, não logrando a universalização do acesso ao saber.

Notícia veiculada no Jornal do Brasil de 17 de agosto de 1990 anuncia a aplicação de 35 bilhões na alfabetização e primeiro grau como tentativa de reverter este quadro, primeira iniciativa no sentido de cumprir o que determina a nova constituição: fim do analfabetismo no prazo de 10 anos

Entretanto, a extinção do Projeto Baixada, experiência de alfabetização premiada pela UNESCO em 1988, no rastro do desmonte da Fundação Educar, deixam-nos apreensivos quanto às reais intenções do governo central em investir seriamente na Educação.

O presente trabalho tem por objetivo reconstruir, ao longo da nossa história, as principais iniciativas no âmbito da educação básica de jovens e adultos.

A compreensão mais abrangente do fenômeno educacional implica a sua colocação como parte integrante do tecido social onde se enquadram as múltiplas relações de poder. Esta concepção faz necessária a escolha de certas categorias como o contexto sócio econômico-político em que acontecem os fatos educacionais e as idéias pedagógicas que permearam os períodos históricos, bem como as ideologias que orientaram determinadas ações.

Procurou-se adotar uma periodização no sentido de tornar mais didática a abordagem histórica do tema, entrelaçando-se os fatos educacionais aos históricos.

Optou-se pela sugerida por Paiva (1983), acrescentando-lhe novas subdivisões e a década de 80, face a sua periodização só alcançar os anos 70.

Que o esforço não tenha sido em vão, que a visão do ontem permita compreender melhor os impasses de agora, apontando novas soluções capazes de vencer o problema do analfabetismo no Brasil. Que a tarefa não se configure como uma decisão de gabinete, mas que envolva todos os segmentos da sociedade civil.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - PRIMEIRAS INICIATIVAS (1500/1945)

2.1.1 - BRASIL-COLÔNIA E BRASIL IMPÉRIO (1550 a 1889)

A nossa história educacional nasce sob o signo da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola. Os padres jesuítas aqui permaneceram até o alvará de 20 de junho de 1759 que suprimiu suas escolas em Portugal e em todos os seus domínios. Além das escolas de ler e contar que funcionavam em quase todas as aldeias e povoações "mantinham dezessete estabelecimentos de ensino secundário localizados nos pontos mais importantes do Brasil" (Piletti, 1988). O ensino secundário visava, principalmente, à formação de professores e missionários para irradiar cada vez mais a obra evangélica. Os que não se destinassem ao Sacerdócio, após a conclusão dos Cursos de Letras Humanas e de Filosofia e Ciências, que pretendessem continuar seus estudos deveriam fazê-los na Europa.

Os colégios dedicavam-se a formar elites, revelando um desprezo total pelos fatos da vida, problemas do cotidiano, especialização do trabalho, atualização e aperfeiçoamento, visando formar o homem para Deus e não para si mesmo. Os métodos empregados eram a memorização e preleção, um ensino puramente teórico, sendo frequente o emprego de castigos corporais e penitências. A disciplina rígida e a obediência cega à Igreja impediram o desenvolvimento do espírito crítico e a abertura a novas idéias.

Segundo Berger (1976), os Jesuítas com sua disciplina rígida e espírito autoritário ortodoxo, através do sistema educacional, desempenharam papel importante na formação política da dependência. Uma das principais é o fato de que ainda hoje o sistema educacional brasileiro é sustentado pela iniciativa privada, marginalizando uma grande massa da população. O conteúdo clássico e humanístico identificado com a formação das elites provocou o sufoco da espontaneidade intelectual. O jesuitismo pode ser definido como uma monocultura, intelectual e espiritual, cujos cunho literário e clássico, e conteúdo formalista, não foram propícios ao desenvolvimento educacional de grandes contingentes populacionais.

A educação de adultos, segundo Faiva (1983),

nasceu no Brasil juntamente com a educação elementar comum com o objetivo de catequisar os indígenas adultos, servindo a alfabetização como instrumento de transmissão do idioma português ao lado da cristianização e aculturação dos nativos.

Na verdade, o analfabetismo dominava também a alta nobreza e a própria família real. As próprias atividades econômicas da colônia não exigiam o domínio das técnicas da leitura e da escrita, face ao seu caráter agrícola.

Ao negro era vedada a educação formal, oferecia-se (ou obrigava-se?) a educação religiosa através de sermões e exortações.

A educação deste período inicial está fortemente marcada pela dominação ideológica da Igreja e do Estado.

O alvará de Fombal provocou o fechamento das escolas católicas e a conseqüente desarticulação da educação brasileira. Foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica insuficientes para preencher as lacunas provocadas pelo fechamento das escolas da Companhia de Jesus.

Segundo Chagas (in Piletti, 1988) "para substituir a monolítica organização da Companhia de Jesus, algo tão fluído se concebeu que, em última análise, nenhum sistema pasou a existir".

De certo modo, havia uma política de isolamento cultural das colônias como forma de impedir a difusão das idéias liberais, que já dominavam a Europa, que afetassem o poder da metrópole.

O Brasil ingressa no Século XIX com um "sistema" educacional inexistente, em que nada ou pouco tinha sido feito em função da educação básica de jovens e adultos.

No período que se estende de 1808 a 1889, ou seja da chegada da família real à Proclamação da República, as iniciativas no âmbito da educação dirigem-se à aristocracia com a preocupação de formar quadros para a burocracia do Estado. A coroa rejeita o projeto do General Francisco Borba Stocler que tentava organizar o ensino básico.

A primeira constituição (1824) garante a gratui-

dade de instrução primária a todos os cidadãos e garante à iniciativa privada a participação na educação. É criado o Colégio Pedro II.

Entre os fatos importantes para a compreensão da nossa história educacional aponta-se o Ato Adicional de 1834 que determina a responsabilidade das províncias pelo ensino básico e deixa à União o encargo do ensino superior. A falta de recursos das províncias ao lado da ausência de professores para tal, não criaram as condições necessárias para o implemento da descentralização preconizada pelo Ato Adicional.

Em 1851, no município neutro, realiza-se a reforma Couto Ferraz que previa escolas públicas e ensino primário a cargo dos cofres públicos incluindo-se também classes de adultos, mantendo a vedação de acesso aos escravos.

A partir de 1870 observa-se uma mudança no quadro geral da economia brasileira: a ascensão do café e a queda da produção de açúcar desloca o centro do poder econômico do norte/nordeste para o centro/sul, provocando um surto de progresso em algumas regiões. O capital acumulado é aplicado na indústria e comércio e inicia-se a afluência do capital estrangeiro.

Em 1871 inicia-se a migração européia e assiste-se ao fim da escravidão (1888).

Segundo Paiva (1983): α

O surto de progresso iniciado por volta de 1870 determina o surgimento de escolas para adultos nas diversas províncias e a partir dos anos 80 elas tendem a multiplicar-se. Tal crescimento, entretanto, não é excepcional. Ele acompanha o crescimento do sistema elementar do ensino em geral durante os últimos anos do Império e início da República. (p.165)

Em 1878, realiza-se, no município neutro, a reforma Leóncio de Carvalho que determina ensino obrigatório entre 7 e 14 anos, elimina a proibição a escravos, preconiza a criação de escolas normais e o ensino a adultos e as conferências pedagógicas.

Embora quase todas as províncias criem escolas noturnas a Educação de adultos desenvolve-se de forma precária e irregular.

Observa-se uma crescente transformação da sociedade brasileira com a difusão das idéias liberais que desaguarão na proclamação da República.

Há a necessidade de uma coordenação nacional dos serviços de educação e o parecer de Rui Barbosa apela em favor da interferência do governo central para a difusão do ensino elementar, acenando para a necessidade de uma política de Educação além da manutenção de um fundo para financiamento de atividades educacionais.

Até o advento da República, o panorama da educação de adultos, apesar da reforma de 1878 e da discussão da reforma eleitoral e a difusão da idéia de que a educação concorria para o progresso, não logrará uma expansão significativa assim como o ensino elementar em geral.

Sobre o período colonial, afirma Brandão (1986):

"Longe das escolas, fora das oficinas, uma multidão de índios cativos, de negros escravos e de brancos livres e pobres aprendiam no ofício do trabalho o seu saber e, nos da vida, os seus ensinamentos. Uma gente que produziu para o Senhor, o Reino e cidade toda a sua riqueza material, mas a quem os de lá chamavam: "sem eira nem beira", a quem não interessavam as regras e o saber da escola, e a quem durante muitos anos não interessava à escola atingir". (p.29)

2.1.2 - PRIMEIRA REPÚBLICA (1891-1930)

Embora o advento da República tenha trazido em seu bojo a questão da democracia e do voto liberal, a Constituição de 1891 excluía o voto do analfabeto e determinava critérios de renda, voto censitário: uma nova forma de governo não modificava o "status quo".

Desencadeia-se a primeira guerra mundial e aumenta a demanda interna. É formada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, chega-se a conclusão ser impossível construir uma democracia popular sem ampliação das bases eleitorais. A difusão do ensino passa a ser instrumento para combater a aristocracia agrária. A luta humanista de redenção do analfabeto fornece a base ideológica para o "entusiasmo pela educação", forma de recomposição do poder político. Aumenta a pressão no sentido do poder central assumir a responsabilidade pelo ensino básico. Decreto de 1906 autoriza o governo a ajudar com 1/4 as despesas de educação dos municípios, apesar de inconstitucional, este Decreto é aplaudido.

Dentre as principais medidas tomadas pelo governo, apontam-se:

- a) o fechamento das escolas estrangeiras (1917);
- b) a inclusão no orçamento da União de recursos para a nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (1919);
- c) a organização da Conferência Interestadual do Ensino Primário (1921);
- d) a reforma João Luis Alves, prevendo a Educação de Adultos no horário noturno, entretanto o Congresso não destina dotação orçamentária para tal fim (1925).

Neste período aparecem os primeiros profissionais da educação: Lourenço Filho e Fernando Azevedo que difundem a idéia da Escola Nova. Os profissionais da educação congregam-se na Associação Brasileira de Educação (ABE).

Afirma Paiva (1983):

Ao iniciar-se o período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadoras. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano do Império, contávamos com uma frequência de 250.000 alunos em nossas escolas primárias e o crescimento das escolas e matrículas se fazia muito lenta

mente (...) o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 anunciava um total de pouco mais de 11 mil escolas elementares com matrícula de quase 600 alunos e frequência inferior a 400 mil em todo País. (p.84).

Dados retirados de Brandão (1986) apontam que uma estatística publicada pelos EUA no período, desenhava para o Brasil um índice de 85,2% de analfabetos, uma das proporções mais altas entre os inúmeros países estudados.

A partir de 1920, começa uma ampla luta em favor da educação popular dirigida no combate ao analfabetismo, em função de vários fatores:

- a) a organização de grupos e partidos políticos de tendência liberal cujos temas de discussão envolviam a defesa de construção de uma sociedade mais democrática;
- b) o surgimento de um empresariado mais progressista, diferente dos produtores de café e cana;
- c) o deslocamento do capital da agricultura para a indústria.

2.1.3 - SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1945)

A partir da década de 30, nota-se a confluência das aspirações de vários setores da sociedade em torno de um projeto de desenvolvimento que une industrialização e afirmação nacional, tornando obsoleta a idéia de vocação essencialmente agrícola do Brasil.

O Brasil enfrenta neste período a metamorfose do capital agrário em capital industrial

Segundo Machado (1902):

Não só os hábitos e a vida urbana estão a exigir níveis educacionais mais al

tos como a própria ideologia dominante confere à educação um valor mágico capaz de mudar as pessoas e alterar sua posição na estrutura de classe. (p.30)

A Aliança Democrática ao assumir o poder tem entre seus compromissos básicos a difusão da educação popular e para executar esta tarefa convoca os profissionais da educação que se destacaram na década anterior.

Revive-se o clima de entusiasmo pela educação dos anos 10. A política educacional do estado novo aponta dois caminhos: a educação técnico-profissional e a educação rural. A estas duas direções somam-se mais duas: preocupação com a difusão quantitativa e o estabelecimento de uma política nacional de educação, conforme previa a Constituição de 1934, muito de acordo com a marca centralizadora do período.

Segundo Paiva (1983):

"pela primeira vez o governo formula explicitamente o objetivo político de difusão do ensino, a ser utilizado como veículo ideológico do novo regime"

Nesta época surgem os primeiros teóricos do tema Educação e Segurança, encarando-se a educação como forma de consecução da disciplina social, capaz de ministrar ao povo um patriotismo cultural de cunho nacionalista e nacionalizador.

Dentre os fatos relevantes no campo da educação de adultos, destacam-se:

- a) criação do Ministério da Educação (1930);
- b) Criação do Conselho Nacional de Educação (1931);
- c) realização da IV Conferência Nacional de Educação (1931) - o governo revolucionário encomenda um projeto de educação;
- d) V Conferência Nacional de Educação: pedido de subsídios para a Constituição de 1934 (1932);

e) criação da Comissão Nacional do Ensino Primário (1938)

f) Criação do Fundo Nacional do Ensino Primário - FNEP (1942) com previsão de aplicação de cotas elevadas na Educação de Adultos (1942).

Entre as idéias que permearam o período podemos destacar o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, a educação desempenhando as funções de integrar os imigrantes e também as massas marginalizadas ao processo político, de preservar a paz social, de preparar mão-de-obra nas cidades, de combater as idéias anarquistas e socialistas, de melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais do analfabetismo. O período é perpassado pela crença no poder da ação pedagógica sem considerar a sociedade como um todo, o analfabetismo encarado como causa e não como efeito da situação econômica, social e cultural.

A abordagem teórica do analfabetismo enfoca o analfabeto com um ser marginal, menos capaz, sofrendo de uma minoridade política, econômica e jurídica.

2.2 - PRIMEIRAS INICIATIVAS OFICIAIS DE ÂMBITO NACIONAL (1946-1958)

A redemocratização a partir de 1943 propicia uma intensa mobilização em torno da educação de adultos. De um lado os Estados aliados a outros setores movimentam-se para ampliar as oportunidades educacionais e multiplicar as atividades em favor da difusão cultural. De outro lado, o Partido Comunista, recém legalizado, organiza atividades educativas através dos Comitês Democráticos, ensejando a criação das Universidades Populares e dos Centros Populares de Cultura. O final da 2ª Guerra Mundial proclama a vitória dos ideais democráticos e influi decisivamente na necessidade de educação das massas.

O próprio FNEP reconhece a urgência de formulação de um programa amplo de educação destinado aos adolescentes e adultos e, utilizando os recursos do fundo, em 1944, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos empreende uma campanha de educação de adultos (CEAA). Como fundamento político da campanha encontram-se a

ampliação das bases eleitorais, o incremento à produção e as idéias de integração como justificação social. No plano externo, a CEAA atende aos apelos da UNESCO em favor da educação popular, No plano interno, acenava-se com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades e melhorar a situação do Brasil nas estatísticas do analfabetismo.

A campanha assume um aspecto de instrumento da democracia liberal contra ideologias estranhas, a educação das massas é encarada como necessária a segurança do regime.

Segundo Paiva (1983), a campanha contribuiu para a queda do analfabetismo nas estatísticas, possibilitando um aumento significativo do número de eleitores no interior, fortalecendo desidências oligárquicas.

Entre os principais fatos políticos que permearam o período apontamos:

- a) deposição de Getúlio Vargas (1945);
- b) eleição de Dutra pela coligação PSD/PTB. Nova Constituição; estreitamento das relações com os Estados Unidos (1946);
- c) corte das relações com a Rússia, fechamento do PCB e consequente cassação dos mandatos (1947);
- d) eleição de Getúlio Vargas (1951);
- e) suicídio de Getúlio Vargas (1954);
- f) presidência de Café Filho;
- g) eleições para Presidente (1955)
- h) governo de Juscelino (1956-1960)

Quanto aos fatos relevantes face à educação de adultos destacamos:

- a) realização do 1º Congresso de Educação de Adolescentes e Adultos (1947);

- b) 3ª Conferência Geral da UNESCO em Beirute;
- c) Seminário Interamericano de Educação de Adultos (Brasil-1949);
- d) Experiência de Itaperuna e Campanha Nacional de Educação Rural (NER) e Serviço de Assistência Rural (SAR) (1950);
- e) Criação do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENAY), (1957);
- f) Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958).

Quanto ao 1º Congresso de Educação de Adolescentes e Adultos, realizado em 1947, observa-se a permanência do "entusiasmo pela educação" e do "otimismo pedagógico", ressaltando-se a necessidade da educação no funcionamento da democracia brasileira, embora já se apontasse a presença de uma perspectiva mais "realista" que defendia a conjugação da ação pedagógica com outras técnicas de trabalho comunitário, encarando a utilidade de transmissão de conhecimentos como forma de melhorar as condições econômicas e o rendimento no trabalho.

As conclusões do Congresso transformaram-se na sugestão para que fosse elaborada uma Lei Orgânica de Educação de Adultos, incluindo o Supletivo e prevendo a criação de Universidades oficiais ou privadas.

Tais sugestões e conclusões, bem como as experiências educativas comunicadas pelos grupos socialistas não foram sequer transcritas como as outras nos Anais do Congresso. O Congresso marca o início da campanha (CEAA)

Em relação à campanha, Paiva (1983) afirma que os efeitos da mobilização foram logo sentidos como demonstram o crescimento do número de escolas e de matrículas (1810 para 2077, matrícula geral de 138.546 para 164.487, matrícula efetiva de 101.025 para 120.165 no período de 1945 a 1946). Afirma que a ação intensiva e extensiva proposta pela campanha não se efetivou em função dos elevados recursos e, a partir de 1954, o seu declínio é visível: os professores reclamavam dos baixos salários e somente professores leigos aceitavam as tarefas somando-se à inadequação do período le-

EDUCAÇÃO

BÁSICA

DE

JOVENS

E

ADULTOS

"Pode-se dizer que é o trabalho que alfabetiza ou analfabetiza o homem, segundo exija dele o conhecimento das letras, ou seja de tal espécie que o dispense de conhecê-las".

(Álvaro Vieira Pinto)

tivo.

O II Congresso aponta o fracasso do programa, acusado de fábrica de eleitores. Este fato provoca a recuperação dos antigos sistemas supletivos com recursos da campanha.

Entretanto, não se pode negar a diminuição dos índices de analfabetismo de 55% para 49,31% e para 39,48% em 1940, 1950 e 1960, segundo dados publicados em Paiva (1983) e a maior difusão do curso primário.

O Seminário Interamericano de Educação de Adultos, programado após a apresentação dos primeiros resultados da campanha, foi realizado no Brasil, com a presença de vários países. De suas conclusões surgem orientações importantes:

- a) a criação de uma Missão Rural de Educação de Adultos voltada para o desenvolvimento da ação comunitária, objetivando o desenvolvimento de núcleos urbanos no interior com base na educação;
- b) o reconhecimento das limitações das campanhas e a visão do problema da educação de massas como de ordem principalmente social.

A deflagração de uma campanha Nacional de Educação Rural foi antecedida de uma experiência-piloto montada em Itaperuna (RJ). O objetivo era indicar diretrizes técnicas de processos educativos e assistencial visando à melhoria e o desenvolvimento das comunidades rurais, conjugando esforços do Ministério da Agricultura e do Ministério da Educação. Esta experiência influirá na criação do Serviço Social Rural, raiz para os futuros programas de desenvolvimento comunitário. As atividades da CNER se estendem de 1952 a 1963 com resultados pouco visíveis.

Em relação às idéias que permearam o período permanecem as do período anterior, misturando-se os elementos do "entusiasmo pela educação", com considerações técnico-pedagógicas. A idéia do analfabeto como ser marginal e incapaz transforma-se no decorrer da campanha já que não correspondia à realidade. Estudos na área de Psicologia efetivados por Thorndike demonstraram que a capacidade de aprender não está seriamente condicionada pela idade.

A noção de que faltavam ao analfabeto os elementos rudimentares da cultura do nosso tempo, tornando-o um marginalizado, no fim da década de 50, é reformulada. Surge a idéia da utilização dos meios de comunicação de massa, na época, o rádio e o cinema, na tarefa de alfabetizar.

2.3 - NOVAS IDÉIAS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (1958-1964)

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos já denunciava a falência, a desmoralização e o declínio da CEAA, exigindo a busca de outras soluções mais adequadas ao combate do analfabetismo, focado agora sob o ângulo da Sociologia em virtude da influência do grupo ligado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

A educação de adultos assumia no governo de Juscelino Kubitschek ligação com as idéias desenvolvimentistas, que apontava a superação das falhas da preparação do elemento humano como fundamental para o progresso industrial, comercial e agrícola do País.

O suicídio de Vargas provocara um intenso debate sobre a participação política, convergindo para a área da educação de adultos em função da formação dos novos contingentes eleitorais. Este debate intensifica-se no governo Kubitschek por causa da participação de intelectuais na teorização do "nacionalismo desenvolvimentista", onde se observa que o nacionalismo de elite vai-se transformando a partir da década de 60, surgindo um processo de despertar das massas no campo e nas cidades. O problema do voto do analfabeto é intensamente discutido junto com a representatividade do nosso sistema democrático face aos elevados índices de analfabetismo, o que configurava um eleitorado restrito. As eleições de 1960 já demonstram o efeito da difusão do ensino elementar e do programa de Educação de Adultos, segundo dados apontados por Paiva (1983): entre 50 e 60, o eleitorado cresceu quase 50% - 7,9 milhões em 50 par 11,7% milhões em 60.

Embora as oligarquias locais ainda mantivessem a maioria no Congresso, a eleição de Jânio Quadros evidenciou a desobediência do eleitorado, o ensino mostrou-se um aliado contra os currais eleitorais. O Presidente eleito considera a importância da difusão dos programas de educação de adultos. A hierarquia católica

demonstra interesse pela educação das massas em função da nova orientação do pensamento social cristão que desaguará na formação de grupos católicos de importante atuação na década de 60.

Entretanto, é após a renúncia de Jânio Quadros, que a Educação de Adultos receberá uma ênfase toda especial em virtude da grande efervescência político-ideológico, de um lado a direita radical pensava no golpe de Estado, de outro lado, a direita moderada acreditava na solução através da mobilização do eleitorado, em contrapartida, as esquerdas enfatizavam as reformas legislativas defendendo a concessão do voto para o analfabeto.

Diversos programas oficiais são tentados no ano de 1961, inclusive uma tentativa de ampliação do movimento de Educação de Base (MEB), financiada pelo Governo Federal.

Não há dúvida que na década de 60, os três primeiros anos do governo Goulart marcam-se por uma forte mobilização popular em relação às reformas de base e à disciplinação do capital estrangeiro mostrando o início da exaustão do modelo econômico anterior, exigindo uma nova reordenação social e econômica com maior autonomia frente aos interesses do capital estrangeiro. A base de sustentação do governo será construída através da incorporação crescente dos segmentos populares.

Segundo Lewin (1986), nesta época,

Dois produtos tipicamente derivados da reflexão que ocorre nas economias periféricas latino-americanas, vão aparecer em cena: a educação popular - como forma de conscientização das classes sociais subordinadas, de liberação individual do homem na sua essência de humanidade, de valorização da cultura local e da formação política do cidadão - e a teoria da dependência - como explicação da subordinação nacional dos países subdesenvolvidos do continente. (p.278)

Este período será marcado por inúmeras mudanças no campo das idéias pedagógicas, mudanças já acenadas no II Congresso Nacional de Educação de Adultos onde destacou a participação de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire. O otimismo pedagógico é substituí-

do pelo realismo em educação, concretizando não só na busca de métodos mais eficazes, mas, principalmente, na reflexão sobre as consequências políticas, sociais e econômicas dos programas. O analfabetismo é visualizado não como um problema isolado, mas de forma integrada, considerando os avanços da Sociologia e da Economia. A tais características pode acrescentar-se a tendência no sentido de tecnicificação no campo educacional. Há uma rejeição do preconceito em relação ao analfabetismo na base da luta pelo voto, defendendo-se o conceito antropológico de cultura concretizado no aparecimento de vários movimentos voltados para a promoção da cultura popular, como o Movimento de Cultura Popular em Recife (MCP), Centros Populares de Cultura da UNE (CPC). Intensifica-se a utilização da rádio na educação, faz-se a experiência da promoção automática nas escolas elementares, estabelecem-se critérios para o treinamento de professores e planejam-se atividades voltadas para o desenvolvimento comunitário.

Ocorrem a sistematização e divulgação das idéias de Paulo Freire a respeito da alfabetização de adultos, tendo como suporte "uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra (...) a leitura da palavra mundo" (Freire, 1982), pp. 11 e 12.

Sobre a alfabetização, afirma Freire (1981) relatando a sua experiência:

Desde logo, afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde de logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emergência que fizere no processo de nossa realidade (...) uma alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização (...) uma alfabetização que (...) tivesse no homem, não essa paciência do processo (...) mas o seu sujeito. (p.104)

Entre os principais fatos relevantes no campo da Educação de Adultos destacamos neste período:

1958: - Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos

- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA)
 - Aplicação das Atividades do Serviço de Assistência Rural (SAR)
 - Criação da Rede Nacional das Emissoras Católicas (NENEC)
 - Elaboração da Carta de Princípios
- 1960:
- Encontro de Educação de Base pelo RENECA
 - Criação do MEB e do MNCA
 - Criação do Movimento de Cultura Popular no Recife (MCP)
- 1961:
- Recursos oficiais para o MEB
 - Abertura de 2687 escolas radiofônicas
 - Realização de cursos intensivos para preparação de equipes de trabalho
 - Promulgação da LDB
 - Apresentação do Plano de Emergência de Tancredo Neves
 - Criação do Centro Popular de Cultura da UNE
 - Campanha do Pé no Chão
 - Núcleos de funcionamento do MEB
 - Experiências de educação pelo rádio organizadas pelas escolas experimentais dos MCP
 - Preparação do livro de leitura do MCP
- 1962:
- Retomada da MNCA (Movimento Nacional Contra o Analfabetismo) que não aconteceu
 - Programa de emergência
 - Expansão dos Centros Populares de Cultura
 - Primeiro Encontro de Coordenadores do MEB
 - Experiência de Animação Popular MEB
 - Organização de Seminários Regionais pela UNE
 - Sistematização de método Paulo Freire
 - Centro de Formação de Professores (Natal), teatrinho do Povo e Galeria de Arte
- 1963:
- Extinção oficial das campanhas e financiamentos de movimentos locais, públicos e privados em todo País
 - Plano Nacional de Educação (PNE)
 - Preocupação com uma coordenação nacional dos movimentos de Educação de Adultos
 - Elaboração da Cartilha Viver e Lutar
 - Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular
 - Criação da Comissão de Cultura Popular
 - Plano Nacional de Alfabetização (PNA)

- Comissão Nacional de Alfabetização
- 1964: - Seminário Nacional de Cultura Popular (UFRJ)
- Comissão Nacional de Cultura Popular
- Lançamento do Plano Nacional de Alfabetização (recursos e recentralização das atividades de Educação de Adultos)
- Curso de Treinamento do Método Paulo Freire para alfabetizadores no Rio de Janeiro (1.000 escolhidos entre 7.000 inscritos)

Fatos políticos relevantes do período:

- 1956 a 1960: - Governo de Juscelino Kubitschek (eleito após o suicídio de Vargas e a presidência interina de Café Filho)
- 1961: - eleição de Jânio Quadros com apoio das camadas populares pela UDN
 - crise financeira
 - inflação
 - congelamento de salário
 - crescimento da oposição de todos os setores
 - tentativa de executar uma política independente e neutra
 - renúncia que gera uma crise político-militar
 - promulga-se o Ato Institucional estabelecendo o Parlamentarismo
- 1961 a 1963: - Governo João Goulart
 - Retorno ao Presidencialismo
 - Início das reformas de base
- 1964: - Comício da Central
- 1964: - Golpe militar que já se formava desde 1962 com a participação civil, militar e da igreja

Afirma Ianni (1971):

Em boa parte o golpe (de 64) representa uma restauração dos vínculos internos e externos que se estavam rompendo desde a Primeira Guerra Mundial e, em especial, durante a era getuliana, isto é, entre 1930 e 1945. Instaura uma etapa de depen

dência estrutural. Em verdade, o golpe de 1º de abril de 1964 é o fecho do longo processo de transição do Brasil da esfera da libra esterlina para a esfera do dólar. (p.145)

A reorganização da burguesia política e ideologicamente far-se-á através da ideologia da Escola Superior de Guerra, articulando a segurança da nação e o desenvolvimento nacional.

Segundo Paiva (1983):

Naquele momento, a multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, secundada pela organização política das massas, aparecia como algo especialmente ameaçador aos grupos direitistas; (...) O temor aos efeitos dos programas de educação das massas, criados entre 1961 e 1964, observou-se através da repressão desencadeada contra esses programas e seus promotores. A partir de abril de 1964 um grande número de programas desaparece. (p.258)

2.4 - O PERÍODO PÓS-64: UMA NOVA FASE NA EDUCAÇÃO DOS ADULTOS

Após o golpe de 64, as ações governamentais encaminham-se para dissolver os movimentos populares, perseguindo as suas lideranças e, conseqüentemente, desarticulando os trabalhos desenvolvidos com educação de adultos.

Entretanto, o período anterior deixou marcas nos anos pós-64, tendo o pensamento freireano penetrado na formação dos novos pedagogos, impermeáveis no "entusiasmo pela educação" e ao "otimismo pedagógico", considerando os aspectos sócio-econômicos envolvidos na problemática do analfabetismo. Segundo Paiva (1983), no plano geral, fortalece-se a tendência ao planejamento educacional, embora no terreno da educação de adultos as decisões oficiais pautam-se por critérios político-ideológicos com vistas ao fortalecimento do poder político e das estruturas sócio-econômicas. (p.263)

A primeira manifestação do novo governo em relação à educação de adultos é o decreto que determina a aplicação dos saldos não utilizados dos Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio no ensino fundamental das pessoas analfabetas de mais de 10 anos.

Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação que não foi executado.

No plano das medidas concretas em 1966 foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática. Em face da precariedade dos recursos o programa do Plano Complementar não foi implementado, mas os estudos serviram de base para criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Criado sob a Lei 5379 de 15 de dezembro de 1967 o MOBRAL fica responsável pela alfabetização de jovens e adultos a nível nacional. Sua atuação se inicia no começo de 70, quando encontrou uma forma real de financiamento, como nos coloca Bárbara Freitag:

(...) "Esta consistia em desviar 6,75% da receita líquida da loteria esportiva e deduções voluntárias de 1% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas para o programa de alfabetização. Com isso o MOBRAL dispunha em 1971 de 67 milhões de cruzeiros". (MEC - Aspectos da Organização e Funcionamento da Educação Brasileira, in Freitag, 1980, p.91)

Por ter sido um projeto nacional, o MOBRAL exigiu uma demanda muito grande de professores para atuar com as turmas de alfabetização. Como não havia, foram recrutados profissionais diversos que se interessavam pela causa, independente das suas formações.

O programa de alfabetização funcional era oferecido de várias formas dependendo da clientela específica. A diversidade de programas, levou a diversos tipos de remuneração do alfabetizador que de uma forma geral eram feitas pela quantidade de alunos que passasse pela sala de aula.

Conforme sua própria lei estabelecia, o MOBRAL era responsável pela alfabetização de adultos e pela educação cuntnuada de adolescentes e adultos.

A priori, manteve-se dentro das características de alfabetização, embora em 1973 tenha mudado seu eixo para a educação continuada por ter uma quantidade excessiva de capital humano que havia gerado.

Passa a oferecer cursos modestos como corte e costura, pedreiro, pintor, eletrecista e outros, que formam um exército de semi analfabetos qualificados. Com esta demanda elevada, criou-se o "balcão de emprego" que tinha como função aproximar o empregado do empregador. Com esta característica, o MOBRAL assume a função de prestador de serviços.

Vale ressaltar que a opção prioritária se deu pelo atendimento ao analfabeto urbano - pela facilidade de acesso e impacto de um possível resultado a curto prazo - e pela concentração de esforços na faixa etária de 15 a 35 anos (PEA População Economicamente Ativa) em razão de uma melhor rentabilidade econômica (Costa, 1978, p.87).

Sem perder a linha homogênea nacional o MOBRAL chegou a atribuir ao Municípios uma certa idoneidade, deixando a caráter deste o desenvolvimento da profissionalização que mais procedesse dentro das necessidades reais municipal. Por tal fato, o MOBRAL é considerado um movimento eminentemente municipalista (Correa, 1978, p.30).

As empresas não foram esquecidas do processo. Facultadas do recolhimento do imposto de renda que chegava até 2% (Costa, 1980, p.63) as empresas começaram a assumir o ensino básico dos seus trabalhadores, que recebiam formação, segundo os interesses das mesmas. Assistência Técnica-Pedagógica permania sob a tutela do MOBRAL.

Quanto aos fatos relevantes face à educação de adultos destacamos:

1966: - decreto determinando que os saldos não aplicados, dos Fundos Nacionais do Ensino Primário e Médio seriam aplicados no ensino fundamental das pessoas analfabetas de mais de 10 anos de idade.

- ainda neste ano e com base neste decreto elaboração do Plano Complementar do Plano Nacional de Educação (PNA).

1967: - expansão das atividades da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC)

- Seminário sobre Educação e Desenvolvimento - criação do Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL)

A Cruzada ABC nasceu no Recife como forma de contestação aos movimentos educativos desenvolvidos no nordeste no período anterior, inspirados no MCP e no método Paulo Freire com financiamento da USAID da Fundação Norte Americana Agnes Erskina, de entidades privadas, das igrejas evangélicas da Holanda e da Alemanha e da Fundação Raynald Tobacco Company, as atividades da Cruzada expandiram-se elevando-se seu atendimento, segundo dados de Paiva (1983), de 98.877 pessoas em 1966, a 164.797 em 1967 e a 186.852 em 1968, atingindo 298.422 em 1969.

O objetivo da Cruzada "treinar um milhão de adultos em alfabetização básica num período de 5 anos, extinguindo-se o analfabetismo" sempre esteve presente em sua atuação que se realizou em duas direções: o primeiro, no sentido de reforçar a ação comunitária e dar ênfase não apenas à alfabetização, mas também à educação continuada (ensino profissional e educação sanitária); o segundo, em função dos convênios com os Estados, apoio à rede supletiva já existente.

A partir de 1968, a Cruzada começa a enfrentar dificuldades, não só em função da escassez de recursos financeiros como também face ao caráter assistencialista, do programa (distribuição de alimentos). O próprio material didático foi motivo de muitos ataques. Apesar dos esforços governamentais, a Cruzada foi extinta entre os anos de 1970 e 1971.

2.5 - A DÉCADA DE 80

O balanço crítico da euforia econômica dos anos 70, revela que o País conseguiu crescer e se tornar uma sociedade industrial avançada, com custo social elevado. O crescimento da economia teve como contrapartida o empobrecimento da maioria da população em função do modelo concentracionista de renda. A expansão do terceiro grau correspondeu à elevação das taxas de analfabetismo, face não só a não absorção de elevado número de crianças na faixa de 7 a 14 anos na rede oficial como também à elevada evasão escolar.

Ao avanço da ciência e da tecnologia contrapõem-se as precárias condições de higiene e salubridade nos centros ur-

banos de alta densidade demográfica. O uso intenso e extensivo de tecnologias agrícolas provocou o aumento dos bóias-frias e dos sem-terra.

A pressão social provocou uma reorganização do discurso do Poder Central: a distensão lenta e gradual, a cessação progressiva da censura, o direito de greve, a liberdade sindical, a anistia política, eleição direta para os cargos de representação pública, incorporando um novo evento: a participação como necessária à redemocratização do país. Tais propostas são consubstanciadas no advento de uma nova Constituição, que elege o cidadão e seus direitos sociais como ator privilegiado neste novo cenário.

Segundo Lewin (1986):

Quanto à educação de adultos, a temática atual gira em torno de dois eixos: a educação participativa e a educação supletiva. Em ambas, porém, está presente a questão do acesso à educação como um direito de cidadania e a obrigação do Estado em provê-lo, da qualidade do processo de ensino aprendizagem e da continuidade dos estudos básicos (...) observa-se o apelo à noção de comunidade e desenvolvimento social como formas de vigilância para atingir sua liberdade e autonomia política. (p.283)

- FUNDAÇÃO EDUCAR

Criada sob o decreto 91.980 de 25 de novembro de 1985, a Fundação Educar surge no sentido de acabar com o analfabetismo da mesma forma como o MOBRRAL foi criado.

Como executor das ações, a Fundação Educar fornece assistência técnico-pedagógica e financeira com acompanhamento, controle e avaliação dos trabalhos de alfabetização de adultos realizados em todo o território nacional.

Os objetivos da Fundação Educar são:

- apoiar programas e ações na área de educação básica de jovens e adultos propostas por instituições governamentais e não governamentais.
- capacitar recursos humanos necessários a prática institucional
- elaborar e divulgar programas educativos e de capacitação de recursos humanos. Ex.: Programa verso e reverso

A grande diferença entre o MOBRAL e a EDUCAR é a idoneidade dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades. Favorecendo o desempenho como a utilização de voluntários de local, a EDUCAR não pautou-se num determinado método de alfabetização (como era exercido pelo MOBRAL) ficando a seu caráter a avaliação e viabilização dos projetos de alfabetização de adultos da comunidade, fornecendo recursos e corpo técnico-pedagógico para a preparação dos alfabetizadores.

2.6 - ENSINO SUPLETIVO

Em 1937 surge na Constituição do Estado os primeiros sinais de ensino profissionalizante, o qual era colocado como "o primeiro dever do Estado" e logo destinando-se "as classes menos favorecidas" e particularmente aos "filhos de operários". Era o germe do SENAI (Chagas, 1980, p.52).

Com o decorrer, o secundário toma uma posição dualista, apenas atenuada pela inclusão de conteúdos gerais no currículo, obtendo a "preparação profissional" como único objetivo, a formação de mão-de-obra. Surge assim a semente do atual "supletivo profissional" (Chagas, 1980, p.65).

Na Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, surgem os exames de madureza que consideram a idade mínima de 16 anos para a "madureza ginasial" e de 19 anos para "madureza colegial", prevendo um parcelamento variável de dois a três anos que elevava para 18 e 21 anos, respectivamente, a idade de obtenção dos certificados.

Na Lei 5692 de 25 de novembro de 1971, propõe a

integração horizontal e vertical embora forme um dualismo entre o ensino regular e o supletivo, mas segundo Chagas (1980, p.366), dentro da dialética da informalização.

O caráter de suplência e ainda resquício da antiga "madureza" que é de se esperar que tais categorias se incluam no ensino regular.

Segundo Valnir Chagas, o Ensino Supletivo deveria perder a sua função transitória de "suplência" e assumir a função de "suprimento", versão brasileira de educação permanente (1980, p.371).

Suas finalidades são:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria.
- b) proporcionar, mediante repetida volta a escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (MEC-DEM: Do ensino do segundo grau - Leis-Pareceres, Brasília, 1975, p.128 e segs. (in) Freitag, 1986, p.97)

Em 1973 o MOBRAL foi integrado ao Departamento de Ensino Supletivo (DSU) do MEC, criada para dar um quadro institucional ao parágrafo da Lei e ao parecer 317/12, referentes ao ensino supletivo.

Segundo Celia Pezzolo de Carvalho a relação preconceituosa contra o ensino supletivo talvez deva-se a característica desta clientela ser constituída por trabalhadores-estudantes.

Na sua pesquisa, Carvalho mostra-nos a necessidade de mudarmos o enfoque do ensino noturno (como é referido em São Paulo o ensino supletivo) pois o mesmo não pode ser considerado em pé de igualdade ao ensino regular que recebe o aluno que ainda não estigmatizou a escola e tem tempo disponível para dar andamento as atividades escolares (lições, trabalhos, estudos, pesquisas, etc.) em casa. Isto é, pelo fato de pertencer a determinada fração de classe e que necessita trabalhar em idade de escolarização obrigatória e, portanto, só lhe resta matricular-se a noite (Carvalho, 1989-

6ª edição, p.35).

Dessa forma as situações são distintas entre os alunos regulares e do curso supletivo. Pois, as oportunidades educacionais configuram duas situações bem diferentes e expressam a divisão em classes sociais que se reproduz no interior do ambiente escolar.

3 — CONCLUSÃO

Ao longo da nossa história, a mobilização em favor da Educação Básica de Jovens e Adultos tem-se constituído em instrumento a serviço de dois objetivos: de um lado, a máquina do Estado tem-na utilizado como veículo de difusão de idéias sobre as quais se assenta o regime, garantindo a preservação do "status quo" através da inculcação dos valores das classes dominantes na ideologia das classes dominadas, e, por outro lado, como possibilidade de mudança das estruturas da sociedade efetivada na conquista do poder pelas classes colocadas até então à sua margem, quer através das eleições, quer através da conscientização das massas de sua situação de exploração.

No processo em favor da difusão do ensino, estão presentes além de fatores político-ideológicos, fatores de ordem econômica, bem como, fatores de ordem estritamente educacionais.

Os fatores de ordem econômica, ligado ao desenvolvimento das forças produtivas em função do crescimento econômico, acrescentaram à luta pelo voto a preparação de mão-de-obra de acordo com às exigências do mercado: o "man power approach".

Os fatores propriamente educativos embutidos na defesa da Educação Popular incorporam as idéias a respeito da Educação que ora se direcionaram no sentido do "entusiasmo pela educação", no "otimismo pedagógico" ora no "realismo pedagógico", determinando as relações entre educação e sociedade. A este pano de fundo ideológico somam-se a discussão dos métodos e a necessidade de planificação e tecnificação do ensino.

Entretanto, a compreensão mais abrangente do problema do analfabetismo inclui, além da reconstrução do histórico de sua trajetória, o desenvolvimento das relações educação/classes sociais e coloca no centro da discussão o ensino fundamental.

O sistema de educação escolar acompanha os processos e práticas sociais de reprodução, enquanto controla a manipulação da própria desigualdade. O nosso modelo de "democracia excluyente" traça destinos desiguais, embora a retórica oficial proclama ser a educação direito de todos e dever do Estado. À medida que descem de classe sócio-econômica, a criança e o adolescente po-

bre são trabalhadores precoces que estudam: a inserção na vida social ocorrerá através do trabalho e não do ensino - o "saber sem trabalho" (a escola) é substituído pelo "trabalho sem saber" (a fábrica, a roça, a indústria). Para as crianças nascidas em classes privilegiadas, a educação realizar-se-á efetivamente na Universidade, começando, depois, a inserção no mercado de trabalho.

À origem de classe, que propiciará a desigualdade social, acrescentam-se os fatores intra-escolares, consubstanciados nas condições da escola de 1º grau da rede pública de ensino. Os que vão ingressar as estatísticas do analfabetismo ou serão convocados a participar como clientela preferencial das campanhas sazonais de Educação de Adultos ou, então, procurar matrículas nos sistemas supletivos de ensino são os "expulsos" dos bancos da escola pública e os absorvidos precocemente no mercado de trabalho.

Um governo com base no Estado de Direito, que se pretenda democrático deverá assegurar a transmissão dos conteúdos básicos aos filhos das classes trabalhadoras, priorizando o ensino de 1º grau, garantindo sua universalização, seu crescimento quantitativo, a melhoria qualitativa da rede de escolas públicas e gratuitas, definindo uma concepção precisa sobre a importância política e social da escolaridade básica alocando os recursos necessários para tal.

Devem ser eliminados das ações governamentais a defesa de um modelo empobrecido de escola, sem conteúdo e em condições aviltadas de funcionamento, e a cortina de fumaça lançada pelos programas de forte viabilidade política que encobrem a diminuição ou desvio de recursos destinados ao 1º grau.

A supressão do analfabetismo, passo maior na construção da verdadeira democracia, abertura decisiva para o exercício da cidadania, só se efetivará com a priorização e universalização do 1º grau, eliminando o "fracasso", enquanto instrumento da reprodução da desigualdade social, com a adoção de medidas que diminuam a repetência e a evasão, aumentando a permanência dos filhos das classes trabalhadoras envolvem necessariamente a valorização da função docente.

Ao lado dessa priorização, há que se percorrer o difícil caminho de efetivar conforme sistematização de Brandão (1980), a transformação da educação do sistema, cujos valores impostos sobre as classes populares objetivam a formação do indivíduo en-

quanto produtor instrumentalizado e cidadão ajustado à ideologia da classe dominante em Educação de Classe, cujos valores são das classes populares segundo seus projetos de participação e realização social. É preciso um "pé no sonho".

4 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger, Manfredo. Educação e dependência. Porto Alegre, Difel, 1976.
- Brandão, Carlos Rodrigues. Da educação fundamental ao fundamental da educação In Cadernos Cedes. São Paulo, Cortez, 1980
- _____. Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1986
3ª ed.
- Carvalho, Célia Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, 1989, 6ª ed.
- Chagas, Valnir. Educação Brasileira: o ensino de 1º e 2º graus - antes, agora e depois? São Paulo, Saraiva, 1980.
- Correa, Arlindo Lopes. Educação de massas e ação comunitária. Rio de Janeiro, AGGS, Mobral, 1979.
- Costa, Roberto Mário Cunha da. Mobral, dez anos de atuação. Rio de Janeiro, Mobral, 1980.
- Ferreira, Sérgio Ricardo Francisco. Mobral: alfabetização de adultos ou formação de mão-de-obra semi-analfabeta. Monografia para a disciplina Educação Permanente, ministrada pelo Profº Nilton Nascimento, UERJ, 1989.
- Freire, Ana Maria Araújo. O analfabetismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1986.
- Freire, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo, Paz e Terra, 1981, 12ª ed.
- _____. A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez, 1982, 5ª ed.
- Freitag, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Ianni, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, 2ª ed.

- Lewin, Helena. Algumas contribuições para uma leitura política e social da educação de adultos no Brasil In Reflexões Teóricas e Metodológicas sobre a Educação de Jovens e Adultos, MEC, Fundação Educar, 1986.
- Machado, Lucília R. de Souza. Educação e divisão social do Trabalho. São Paulo, Cortez, 1982.
- Mello, Guiomar Namó de. O ensino de 1º grau: as estratégias da transição democrática, In Educação e transição democrática. São Paulo, Cortez, 1987.
- Paiva, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Loyola, 1982.
- Piletti, Nelson. Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização? São Paulo, Edusp, 1988.
- Pinto, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Cortez, 1987, 5ª ed.
- Jornal do Brasil, 1º caderno, 17/08/90, Revista O valor do ensino público, MEC, Ano I, número 4.